

Cultura, Identidade e Política Externa: um breve ensaio

Por Beatriz Thomaz Carvalho*

O estudo da Cultura nas Relações Internacionais

O estudo do fator cultural nas relações internacionais sempre constituiu um tipo de pesquisa mais complexa em relação à investigação dos fatores materiais. Talvez por não se tratar de um fator físico e, portanto, de difícil mensuração, o estudo da cultura frequentemente foi relegado a um segundo plano. Além disso, segundo R.B.J. Walker (1990), o conceito de cultura é muito vago e tendencioso, o que dificulta seu estudo.

Entretanto, segundo Hugo Suppo e Mônica Lessa (2007, p.223): “Os fatores culturais são cada vez mais determinantes na política externa dos Estados – ao lado dos físicos [...] e estruturais [...]”. Para esses autores, a cultura, entendida como um sistema de valores, constitui um fator bastante influente na política externa dos Estados, podendo servir como um elemento de aproximação ou de conflito.

De maneira similar, Mônica Herz (1987), uma das precursoras do estudo da cultura sob a ótica das Relações Internacionais no Brasil, acredita que a crescente ênfase na dimensão cultural é uma tendência atual, contrapondo-se à proeminência das dimensões política e econômica. A cultura seria um dos pilares do sistema internacional contemporâneo e, portanto, não poderia ser negligenciada.

Pierre Milza (1980, p.362), por sua vez, afirma que a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, ou seja, a produção e o consumo de objetos simbólicos criados por uma sociedade, também pode constituir um ator ou fator que influi nas relações entre os Estados. Segundo ele, isso acontece porque a cultura forja mentalidades e orienta o sentimento público. Dessa forma, a cultura e as ideias possuiriam um papel importante na determinação das ações dos atores, moldando seus pensamentos e oferecendo os instrumentos necessários para a interpretação da realidade social que os cerca.

Alexander Wendt (1999) também é um dos estudiosos das Relações Internacionais que enfatiza o papel das ideias na determinação dos interesses nacionais. A cultura forneceria o conhecimento compartilhado que guia e constrange a ação dos atores através, por exemplo, de leis, instituições ou ideologias, entre outras coisas. A estrutura, no caso a cultura, seria constantemente reafirmada através das práticas reiteradas dos atores, que dariam legitimidade a essa forma estrutural. No entanto, para o autor, os agentes, ou seja, os atores, e a estrutura, se co-constituem, ou seja, ao mesmo tempo em que os atores são coagidos a agir de certa forma pela estrutura, eles também podem, até certo ponto, mudá-la através de suas ações. Nesse caso, o ator não é simplesmente um ser passivo que obedece cegamente ao que lhe é imposto, ele possui uma margem de manobra, mesmo que pequena, para realizar mudanças na estrutura (ou cultura) na qual está inserido. Dessa forma, abre-se uma brecha para que as culturas sofram mudanças através do tempo, se adaptando a novos contextos.

Identidade, diferença e política externa

Diversos autores debruçaram-se sobre o estudo sobre como a identidade é formada. O sociólogo George Mead (1990) afirma que os

indivíduos formam sua identidade através do contato social com outros indivíduos. Dessa forma, ele entende que o grupo antecede o indivíduo e, portanto, é a chave para a constituição da identidade individual. Isto aconteceria porque a linguagem e os símbolos grupais seriam primordiais para que qualquer indivíduo pudesse se comunicar com outros. Portanto, seriam os símbolos e linguagens peculiares que uniriam um determinado número de indivíduos dentro de um mesmo grupo.

Assim, podemos conceber que a identidade individual se constitui principalmente através do contato com outros seres humanos e animais e também através de um processo de diferenciação e classificação. Para nos definirmos, nos diferenciamos daqueles que julgamos diferentes de nós e os classificamos de uma determinada maneira, em uma categoria diferente da nossa. Portanto, a diferenciação é uma ferramenta muito importante para a formulação da identidade dos indivíduos.

É certo que, com o advento da modernidade, cada vez mais as identidades são fragmentadas e os indivíduos conseguem possuir diversos papéis e identidades ao mesmo tempo. Entretanto, isso não muda a concepção de que a identidade é um aspecto relacional, formado através do contato e, portanto, não ligado à genética. Dessa forma, entende-se a identidade como uma construção subjetiva que é constantemente formulada e reformulada através do tempo.

Assim como na determinação da identidade individual, a diferenciação pode exercer um papel importante na formulação das identidades estatais. Para David Campbell (1998, p.9), a identidade é construída a partir da diferença: “[...] identity is constructed in relation to difference. [...] Difference is constituted in relation to identity”. Dessa forma, as fronteiras de um país teriam um papel primordial na determinação da identidade nacional, separando o que está “dentro” do que está “fora”, separando o “eu” do “outro”.

Campbell (1998, p.10-11) entende a identidade como a base de legitimação do Estado. Esta seria uma questão de discurso, separado, portanto, do “mundo real”. Esses discursos, segundo ele (p.193-198), giram em torno da diferenciação entre o que é “inferior” e o que “superior”, o que faz parte do grupo e o que está excluído dele.

Dessa forma, a identidade seria um fator determinante da política externa de um Estado. Esta serviria como uma prática de diferenciação e de modos de exclusão que determinam o que faz parte e o que não faz parte do conjunto, o que está “fora” e o que está “dentro”. Esse autor também entende uma diferença entre o que ele domina Política Externa e política externa. Segundo ele, a Política Externa serve para reproduzir a constituição da identidade estatal propiciada pela política externa. Essa última tem como objetivo prover os discursos e as interpretações que permitem lidar com a ambiguidade e a contingência, ou seja, lidar com o mundo. Já a Política Externa está preocupada em reproduzir essa identidade instável no nível estatal e conter os desafios a essa identidade resultante. Portanto, a política externa dos Estados tanto constrói a identidade nacional quanto a reproduz, sendo, portanto, um fator importante na determinação do comportamento dos Estados (CAMPBELL, 1998, p.68-70).

Segundo Nizar Messari (2001, p.227-228), a construção da identidade nacional não se dá apenas pelo uso negativo das diferenças e do antagonismo, mas também da aproximação positiva. Dessa forma, a identidade política está sendo constantemente produzida e reproduzida através do contato com aliados e inimigos. Diferentemente de Campbell (1998), Messari (2001) crê que a construção de identidades somente através do antagonismo não é uma explicação suficiente para a política externa, para a identidade nacional e a construção de interesses.

Messari (2001, p.228) ainda acredita que a política externa é um elemento crucial na permanente co-constituição do Estado e do meio internacional. De posse da ideia de que agente e estrutura são co-constituídos, ou seja, ambos determinam um ao outro e nenhum tem

precedência, ele acredita que são as “práticas de discurso” que permitem a representação do “mundo lá fora”. Essas representações discursivas do “outro” é que permitem as representações do “eu”: “In sum, the discourse of identity is possible in the mutual relationship between self and other. The mutual process of simultaneous recognition is central to identification, and both parts actively participate in it.” (MESSARI, 2001, p.233). Portanto, acreditamos que não somente os processos de diferenciação possuem uma relevância na determinação das identidades estatais, mas também os sentimentos de identificação e amizade seriam importantes.

A relevância da cultura e da identidade no comportamento dos Estados

Se a cultura é tão influenciadora ou até determinante da ação humana, ela provavelmente também acaba por influenciar também o comportamento dos Estados, que são formados por seres humanos, que também são produto da cultura na qual foram criados. Dessa forma, Paul A. Kowert (2001) acredita que a identidade é um elemento central na determinação das escolhas de política externa de um país, pois esta constituiria o meio pelo qual os líderes nacionais e os cidadãos comuns fariam o reconhecimento de similaridades e diferenças no nível das relações internacionais.

De acordo com Ronald L. Jeppenson, Alexander Wendt e Peter J. Katzenstein (1996), a cultura e a identidade são extremamente importantes na determinação do comportamento dos Estados. O primeiro elemento seria relevante, pois se constituiria de padrões como normas e valores e as normas afetam de diversas maneiras o comportamento humano e a identidade. Elas são capazes de moldar os interesses e a políticas estatais, além de moldar a própria identidade do Estado. A identidade, por sua vez, além de também ser capaz de afetar a identidade, os interesses e as políticas dos Estados, também seria capaz de afetar a estrutura normativa inter-estatal, como regimes ou comunidades de segurança.

Entretanto, essa não seria uma relação em via de mão única. Os autores colocam ênfase na importância do contexto social na formação da identidade estatal. Segundo eles, as propriedades de um ator, assim como seu comportamento dependem de um contexto social específico. Isso porque as identidades estatais e seus interesses seriam, em parte, construídos pela interação do sujeito com seu contexto.

Federico Merke (2008, p.42) é outro autor que possui uma visão parecida. Segundo ele, toda política exterior necessita dar sentido a uma situação e construir seus objetos mais relevantes e por isso usa de um repertório de atributos de identidade. Dessa forma é possível realizar certas ações e restringir outras: “[...] la meta de toda política exterior es crear un vínculo estable entre representaciones de identidad y la acción propuesta”.

De acordo com Merke (2008) toda política externa está condicionada às representações dos assuntos os quais busca abordar, como por exemplo, outros países, crises ou ameaças. Além disso, segundo Lene Hansen (2005, p.12 apud MERKE, 2008, p.42) o vínculo entre identidade e política é sempre discursivo. Dessa forma, a relação entre esses dois fatores seria constitutiva e não causal, ou seja, ao mesmo tempo em que a identidade é precondição da ação política, essa última também reproduz a primeira.

Ole Weaver (2005) acredita que é necessário compreender os discursos de identidade do Estado e da nação como forma de tentar entender a política externa. É preciso entender a ideia ou os conceitos usados para construir o que se entende pela própria identidade de Estado, sua relação com os vizinhos e o que essa vizinhança representa para aquele país. A visão que um país tem de si mesmo e dos outros é um dos elementos que o governo usa para interpretar o contexto que o cerca e para calcular suas ações.

Gonzalo Porcel Quero (2001) postula que a política pública e a política externa nunca são domínios separados, pois são constituídas dos mesmos elementos, a saber, performances linguísticas como declarações, afirmações, comprometimentos e etc. Assim, a língua pode ser usada em rituais e práticas específicas como objetivo de construir a ordem social. A história também possui um papel relevante na visão de Quero (2001), pois muitas políticas são justificadas e legitimadas recorrendo a uma memória histórica coletiva. Líderes e governos costumam criar leituras do passado que servem às suas intenções e justificam a necessidade ou validade de suas ações e políticas.

Dessa forma, pode-se entender que as identidades são construções coletivas formadas através do discurso e a partir de um passado construído e uma visão de mundo e do Estado nessa representação. Portanto, as estruturas discursivas é que seriam responsáveis por determinar as alternativas possíveis de ação. Assim, ficaria clara a relação entre poder e discurso: essa construção se dá através de lutas hegemônicas que buscam estabelecer uma liderança política, moral e intelectual através da articulação de sentido e identidade (MERKE, 2008, p.47).

Pierre Bourdieu (2004) possui uma visão parecida quando apresenta o conceito de representações mentais, que são propriedades simbólicas usadas em função de interesses materiais e simbólicos do portador, na procura de critérios de uma identidade que pode ser tanto regional quanto étnica.

“(…) estes critérios (por exemplo, a língua, dialecto ou o sotaque) são objecto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas na manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (BOURDIEU, 2004, p.112).

O objetivo do autor é mostrar que a identidade do indivíduo é formada basicamente por sua cultura, que constitui um campo de luta de representações. Isto é, trata-se de uma luta eterna por impor uma determinada visão social no mundo, construindo a realidade e identidade da unidade.

Merke (2008, p.48-50) evidencia o vínculo entre a identidade e a política exterior de algumas maneiras. A identidade muitas vezes serve como uma ferramenta provedora de sentido para interpretar a realidade e planejar suas ações. Em outros momentos, essa articulação entre esses dois fatores supõe a criação de uma diferenciação entre o eu e o outro como duas esferas completamente antagônicas. Mais ainda, a política externa pode demonstrar a vontade e o desejo de um ator de interpretar um papel, construindo para si uma identidade e se apropriando de normas de conduta relativas a esse papel. Um país líder regional para ser reconhecido por seus vizinhos tem que agir como e arcar com os custos de possuir a liderança naquela região. Da mesma forma, cada Estado age de maneira diferente dependendo com o país com o qual está lidando, ele age de uma determinada maneira com os Estados menores e menos importantes e de outra maneira com os mais poderosos.

Gabriel A. Almond e G. Bingham Powell Jr. (1972) em seu livro “Uma teoria de política comparada” assinalam o poder da cultura e da identidade na determinação do comportamento dos Estados tanto interna quanto externamente. Um dos elementos destacados pelos autores é a cultura política, que constitui uma inclinação psicológica de um determinado sistema político. Ela consiste de atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a toda uma população, além de suas inclinações e padrões de comportamento, valores e julgamentos.

“Cultura política é o padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política compartilhada por membros de um sistema político. [...] Esses aspectos individuais incluem: (a) orientações cognitivas como o conhecimento, preciso ou não, de objetos e credos políticos; (b) orientações afetivas, como os sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros, a respeito de objetos políticos; e (c) orientações avaliativas, como os julgamentos e opiniões sobre objetos políticos, que usualmente envolvem a aplicação de padrões de valores aos objetos e fatos políticos.” (ALMOND e POWELL JR, 1972, p.37)

A cultura política seria um elemento muito importante na explicação da ação política. Ela envolve um conjunto de fenômenos que podem ser identificados e até certo ponto medidos como, por exemplo, por meio de pesquisas de opinião, de declarações públicas, discursos, escritos, mitos, lendas e até do próprio comportamento observado. Por diversas vezes a cultura política estabelece certos limites em termos de ação já que obriga o sistema político a agir de acordo com alguns princípios daquela cultura.

O conceito de cultura política de Almond e Powell Jr. (1972) possui algumas semelhanças com o “liberalismo ideacional” de Andrew Moravcsik (1997). Assim como na concepção do último certas atitudes estatais são impulsionadas ou cerceadas pela vontade da maioria da população, a cultura política também funciona assim. Por exemplo, países que buscam maior autonomia internacional geralmente veem com bons olhos os pleitos de outros países por independência ou não interferência nos seus assuntos internos. Da mesma forma, países com regiões separatistas geralmente não apoiam movimentos separatistas em outros Estados, porque estariam abrindo um precedente. Ou seja, muitas vezes certas atitudes são possibilitadas ou impossibilitadas de acordo com os valores e ideias que o país possui.

Conclusão

O estudo da cultura tem cada vez mais atraído a atenção de pesquisadores e acadêmicos, apesar das dificuldades envolvidas em se estudar um fator de difícil definição e mensuração. Além de estudos que envolvem a pesquisa de como a cultura pode influenciar as ações humanas, muitos autores também se debruçaram sobre a reflexão da influência desse elemento nas relações internacionais.

De modo geral, a cultura serve como moldura dos valores e ideias humanas, condicionando suas ações. A cultura de um país também poderia condicionar as suas ações e preferências. Ela serve como um padrão de atitudes e valores os quais aquele Estado defenderá e pautará as suas ações.

Baseando-se na discussão realizada no presente ensaio podemos compreender que as identidades são construções coletivas formadas através do discurso e a partir de um passado construído e uma visão de mundo e do Estado nessa representação. Essas identidades, por sua vez, muitas vezes servem como uma ferramenta provedora de sentido para interpretar a realidade e planejar suas ações. Dessa forma, podemos inferir que a cultura pode exercer sim um papel definitivo nas relações internacionais e cabe aos estudiosos refletir sobre as possíveis formas como isso se dá.

*Beatriz possui graduação em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Educação La Salle (2009) e mestrado em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Referências Bibliográficas:

- ALMOND, Gabriel. POWELL, Bingham. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser desportivo? Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olhos d'água, 2003. p.39-72.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CAMPBELL, David. Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, 289 páginas.
- FISHER, Markus. Culture and Foreign Politics. In: SHAFFER, Brenda. (ed). The limits of Culture. Islam and foreign Policy. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2006, p.27-64.
- GOLDSTEIN, Judith. KEOHANE, Robert. Ideas and Foreign Policy: an analytical framework. In: GOLDSTEIN, Judith. KEOHANE, Robert. (Orgs). Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political changes. Londres: Cornell University Press, 2003, p.3-30.
- HERZ, Monica. Análise cognitiva e política externa. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol.16, n.1, jan/jun 1994, p. 75-89.
- HERZ, Monica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 6, ano 3, 1987, p. 61-76.
- HERZ, Monica. A dimensão cultural das relações internacionais e os atores não governamentais. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 8, ano 4, 1988, p. 69-82.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, 445 páginas.
- JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J. Norms, Cap.2 - Identity and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J. The Culture of national security: Norms and Identity in World Politics. New York: Columbia University Press, 1996.
- KATZENSTEIN, Peter J. (Editor). The culture of national security: norms and identity in world politics. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- KATZENSTEIN, Peter J. WENDT, Alexander. JEPPERSON, Ronald L. Norms, identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J. (Editor). The culture of national Security: norms and identity in world politics. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- KOWERT, Paul A. Toward a Constructive Theory of Foreign Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Foreign Policy, International Politics and Constructivism. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka (Edit.). Foreign Policy in a constructed world. Londres: M. E. Sharp, 2001, p.15-37/MEAD, G. H. Espíritu, persona y sociedad desde el punto de vista del conductismo social. México: Paidós, 1990.
- MEAD, G. H. Espíritu, persona y sociedad desde el punto de vista del conductismo social. México: Paidós, 1990.
- MERKE, Federico. Identidad y politica exterior en la Argentina y Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2008.
- MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- MESSARI, Nizar. Identity and foreign policy: the case of Islam in U.S. Foreign Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- MILZA, Pierre. Culture et relations internationales. Relations Internationales. Paris: n.24, 1980, p.361-379.
- MORAVCSIK, Andrew. Taking Preferences Seriously: a liberal theory of international Politics. International Organization, v.52, n. 4,1997, p. 513-553.
- ONUF, Nicholas G. World of our making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- ONUF, Nicholas. Speaking of Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- QUERO, Gonzalo Parcel. Thus Spoke Franco: The Place of History in the Making of Foreign Policy. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (Editor). Foreign Policy in a constructed world. Nova York: M. E. Sharp, 2001.
- SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica Leite. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. (Org). História das relações internacionais: teorias e Processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 223-250.
- WALKER, R. B. J. The concept of culture in the Theory of International Relations. In: CHAY, Jongsuk. (Ed). Culture and international relations. New York: Praeger Publishers, 1990. p.3-20.
- WALKER, R. B. J. Sovereign identities and the politics of forgetting. In: Inside/Outside: International Relations as Political Theory. Nova York: Cambridge University Press, 1993, p.159-179.
- WEAVER, Ole. European Integration and Security: Analyzing French and German discourses on State, Nation and Europe. In: Howarth, David and Tarling, Jacob, (eds.) Discourse theory in European politics: identity, policy, and governance. Londres: Palgrave Macmillan, 2005, p.33-63.